

Concurso Público da Câmara Legislativa do Município de Cianorte - PR

Advogado - Cianorte

[← voltar](#)

### Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 8.

### **ONU prevê que temperaturas globais permaneçam 'em níveis recordes ou quase recordes' entre 2026 e 2030**

-

As temperaturas médias globais devem permanecer "em níveis recordes ou quase recordes" entre 2026 e 2030, segundo alerta divulgado nesta quinta-feira pela Organização das Nações Unidas (ONU). O novo relatório da Organização Meteorológica Mundial (OMM) estima em 75% a probabilidade de que a média desses cinco anos ultrapasse em mais de 1,5°C os níveis pré-industriais.

A previsão reforça a tendência observada na última década. De acordo com a OMM, os anos entre 2015 e 2025 foram os 11 mais quentes já registrados, cenário que deve continuar nos próximos anos.

O boletim anual e decenal sobre o clima global, elaborado pelo Serviço Meteorológico do Reino Unido com dados de 13 institutos internacionais, também considera "provável" — em 86% — que ao menos um ano entre 2026 e 2030 supere o recorde atual de calor, registrado em 2024.



— Há previsão de um episódio de El Niño até o fim de 2026, o que aumentou as chances de que o ano seguinte, 2027, seja o próximo ano recorde — declarou Leon Hermanson, principal autor do relatório.

Segundo a OMM, as previsões de temperatura no centro do Pacífico tropical indicam "uma tendência preocupante de condições de El Niño", sobretudo em 2027 e 2028.

O fenômeno é caracterizado pelo aquecimento da superfície do oceano Pacífico equatorial e costuma alterar padrões climáticos em diversas regiões do planeta. O último episódio, entre 2023 e 2024, esteve associado a um dos períodos mais quentes desde o início dos registros meteorológicos.

[...]

### Questão 1

Analise as assertivas a seguir sobre o texto.

I. O relatório da OMM indica que as temperaturas médias globais deverão permanecer em níveis recordes ou próximos disso entre 2026 e 2030.

II. O texto afirma que é certo que 2027 será o ano mais quente já registrado desde o início das medições meteorológicas.

III. O fenômeno El Niño é apontado como um fator que pode favorecer a ocorrência de novos recordes de temperatura global.

IV. As projeções apresentadas no relatório foram elaboradas com base em dados fornecidos por diferentes instituições internacionais.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A) I e III, apenas.

**B)**  
I, III e IV, apenas.

**GABARITO PRELIMINAR**

C) I e II, apenas.

D) II e IV, apenas.

E) I, II, III, apenas.

### Questão 2

Com base nas informações apresentadas, é possível inferir que:

A) o aquecimento global é consequência exclusiva do fenômeno El Niño.

**B)**  
o aumento das temperaturas globais constitui uma preocupação internacional acompanhada por diferentes instituições científicas.

**GABARITO PRELIMINAR**

C) as previsões climáticas descartam a ocorrência de eventos extremos após 2030.

D) os efeitos do El Niño restringem-se às regiões banhadas pelo oceano Pacífico.

E) os registros meteorológicos anteriores a 2015 são considerados irrelevantes para os estudos climáticos.



### Questão 3

Considerando a finalidade predominante do texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Predomina a função conativa, pois busca persuadir diretamente o leitor a mudar seu comportamento.

**B)**  
Predomina a função referencial, pois o texto prioriza a transmissão objetiva de informações.

**GABARITO PRELIMINAR**

C) Predomina a função emotiva, pois o autor expressa sentimentos pessoais sobre as mudanças climáticas.

D) Predomina a função fática, pois o objetivo principal é estabelecer contato com o leitor.

E) Predomina a função poética, pois a linguagem é utilizada com finalidade estética.

### Questão 4

Analise as assertivas sobre os vocábulos destacados.

I. Em "temperaturas médias globais", o termo destacado é um substantivo.

II. Em "tendência preocupante", o termo destacado é um adjetivo.

III. Em "clima global", o termo destacado exerce função de substantivo.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I e III, apenas.
- B) I, apenas.
- C) II e III, apenas.

D) I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

E) I, II e III.

### Questão 5

Considere o trecho do texto:

*"O boletim anual e decenal sobre o clima global, elaborado pelo Serviço Meteorológico do Reino Unido com dados de 13 institutos internacionais, também considera 'provável' — em 86% — que ao menos um ano entre 2026 e 2030 supere o recorde atual de calor, registrado em 2024."*

Analise as assertivas a seguir.

I. No trecho "com dados de 13 institutos internacionais", o vocábulo destacado é uma conjunção conclusiva.

II. No trecho "considera 'provável' que ao menos um ano...", o termo destacado introduz uma oração coordenada e exerce função de conjunção integrante.



III. No trecho "entre 2026 e 2030", o vocábulo destacado é uma preposição.

IV. No trecho "2026 e 2030", o vocábulo destacado é uma conjunção coordenativa aditiva.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I e II, apenas.

C) III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

D) II e III, apenas.

E) II, III e IV, apenas.

### Questão 6

No trecho: "*as previsões de temperatura no centro do Pacífico tropical indicam uma tendência preocupante de condições de El Niño*",

o vocábulo "preocupante" pode ser substituído, sem prejuízo significativo do sentido, por:

- A) Transitória.

- B) Irrelevante.
- C) Promissora.
- D) Habitual.

E) Alarmante.

GABARITO PRELIMINAR

### Questão 7

Observe o período "*As temperaturas médias globais devem permanecer em níveis recordes ou quase recordes entre 2026 e 2030.*" e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

A) O sujeito da oração é "níveis recordes ou quase recordes".

B) O sujeito é simples e tem como núcleo "temperaturas".

C) O sujeito é indeterminado.

D) O núcleo do sujeito é "medias globais".

E) O predicado é nominal, pois apresenta verbo de ligação.

GABARITO PRELIMINAR



### Questão 8

Analise as assertivas sobre a pontuação empregada no texto.

I. Os travessões em "*— declarou Leon Hermanson, principal autor do relatório.*" são utilizados para introduzir uma fala ou declaração.

II. A vírgula em "*2027, seja o próximo ano recorde*" separa elementos de mesma função sintática em uma enumeração.

III. As vírgulas em "*O último episódio, entre 2023 e 2024, esteve associado...*" isolam uma expressão explicativa.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.

**D)**

I e III, apenas.

**GABARITO PRELIMINAR**

E) II e III, apenas.

### **Legislação**

#### **Questão 9**

À luz do que preceitua a Constituição Federal quanto aos direitos e garantias fundamentais expressos entre o artigo 5º ao 17, considere as assertivas a seguir.

**I.É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.**

**II.É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.**

**III.É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, após a devida anuência pública.**

**IV.Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.**

**Está CORRETO o que se afirma em:**

A) I, II e IV, apenas.

**B)**

I, II e III, apenas.

**GABARITO PRELIMINAR**



C) II e IV, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) III e IV, apenas.

#### **Questão 10**

Tendo por norte a Constituição Federal e o que ela expressa quanto aos direitos e garantias fundamentais, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

() A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

() Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

() São gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

A) F, V, F, V.

B) F, V, V, F.

C) V, F, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

D) V, V, F, F.

E) V, F, V, F.

### Questão 11

Sobre a forma com que a Constituição Federal de 1988 delinea a organização dos poderes, considere as assertivas a seguir.

**I.** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

**II.** Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

**III.** Compete privativamente ao Senado Federal: autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

**IV.** Compete privativamente à Câmara dos Deputados: proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Está CORRETO o que se afirma em:



A) II e III, apenas.

B) I, III e IV, apenas.

C) I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

D) II, III e IV, apenas.

E) I, II e III, apenas.

### Questão 12

À luz da Lei de Improbidade Administrativa, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 10 (dez) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

**( )As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.**

- A) F, V, F, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, V, F.

**D)**  
V, V, F, V.

**GABARITO PRELIMINAR**

E) V, F, F, V.

### Questão 13

**Assinale a alternativa que esteja em discordância com o que determina a Lei de Acesso à Informação.**

- A) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- B) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- C) É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.



**D)**  
Para os efeitos desta Lei, considera-se tratamento da informação: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**GABARITO PRELIMINAR**

- E) Subordinam-se ao regime desta Lei: I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

### Questão 14

**Tendo por base a Lei de Acesso à Informação, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.**

**( )Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.**

**( )São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.**

**( )O serviço de busca e de fornecimento de informação é feito por meio do pagamento de taxa.**

**( )Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.**

A) F, F, V, V.

B) F, V, V, F.

C) V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

D) F, V, F, V.

E) V, F, V, F.

## Informática

### Questão 15

No sistema operacional Windows 11 (PT-BR), assinale a alternativa que apresenta uma ação realizada por meio dos recursos próprios do Gerenciador de Tarefas.

A) Criar partições em unidades de armazenamento.

B) Formatar unidades de disco do computador.

C) Alterar permissões de arquivos do sistema.

D) Instalar drivers de dispositivos no sistema.

E) Visualizar os processos em execução no sistema.



GABARITO PRELIMINAR

### Questão 16

No Microsoft Excel (PT-BR), considerando que a célula A1 contém o valor 8, a célula A2 contém o valor 5 e a célula A3 contém o valor 2, qual será o resultado obtido ao inserir a fórmula  $=(A1-A2*A3)$  na célula A4?

A) 1

B) -6

C) -2

GABARITO PRELIMINAR

D) 6

E) 10

### Questão 17

Em uma página da web, qual é a finalidade de um hiperlink?

A) Permitir o acesso a outra página, arquivo ou recurso ao ser selecionado pelo usuário.

GABARITO PRELIMINAR

- B) Armazenar dados temporários da navegação realizada pelo usuário.
- C) Exibir o endereço digitado pelo usuário na barra do navegador.
- D) Registrar páginas acessadas anteriormente no histórico do navegador.
- E) Atualizar o conteúdo da página exibida pelo navegador.

### Questão 18

Qual dos seguintes softwares é utilizado para navegar em páginas da internet?

- A) Microsoft Access
- B) Winrar

C) Mozilla Firefox

GABARITO PRELIMINAR

- D) Adobe Reader
- E) Adobe Acrobat

### Questão 19

Qual é a principal função do cooler em um computador?

- A) Reduzir o consumo de espaço utilizado pelos programas instalados.

B) Auxiliar na dissipação de calor dos componentes do computador.



GABARITO PRELIMINAR

- C) Filtrar dados processados antes de serem armazenados na memória.
- D) Controlar a velocidade de transmissão de dados entre dispositivos.
- E) Distribuir energia elétrica para os componentes internos do computador.

### Questão 20

Em segurança da informação, o que significa a sigla MFA?

- A) Método de Formação de Autenticação.
- B) Monitoramento Fatorado.

C) Autenticação Multifator.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Mitigação de Falhas.
- E) Módulo de Fiscalização de Acessos.

### Conhecimentos Específicos

#### Questão 21

O art. 35 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cianorte/PR disciplina os quóruns de deliberação das proposições submetidas ao Plenário, estabelecendo hipóteses de aprovação por maioria

**simples, maioria absoluta e maioria qualificada de 2/3 dos votos dos Vereadores, conforme a natureza da matéria apreciada. Considerando o texto expresso do referido dispositivo regimental, assinale a alternativa que apresenta hipótese cuja aprovação exige maioria qualificada de 2/3 dos votos dos Vereadores.**

A) Rejeição de veto.

**B)**  
Aprovação das contas dos Poderes Executivo e Legislativo.

**GABARITO PRELIMINAR**

C) Criação de comissão especial de inquérito.

D) Fixação do subsídio dos Secretários Municipais.

E) Lei instituidora da Guarda Municipal.

### Questão 22

**O art. 189 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cianorte/PR dispõe sobre o regime de urgência, estabelecendo hipóteses específicas em que determinada proposição poderá ter tramitação abreviada, em atendimento a interesse público relevante. O dispositivo prevê tanto hipóteses de urgência decorrentes de solicitação do Prefeito Municipal quanto situações submetidas a requerimento escrito de Vereador, além de disciplinar os efeitos procedimentais do regime. Considerando as disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cianorte/PR, assinale a alternativa CORRETA.**

**A)**  
O regime de urgência poderá ser adotado a requerimento escrito de Vereador, nos casos de pedido de licença do Prefeito Municipal e apreciação de matérias que ficarão prejudicadas se não forem apreciadas imediatamente.



**GABARITO PRELIMINAR**

B) O regime de urgência prevalecerá apenas até a inclusão da proposição em Ordem do Dia.

C) O regime de urgência dispensa parecer das Comissões Permanentes e a observância dos turnos de discussão e votação previstos no Regimento Interno.

D) O regime de urgência poderá ser adotado exclusivamente por solicitação do Prefeito Municipal para projetos de sua autoria.

E) A retirada do requerimento de urgência será decidida definitivamente pelo Presidente da Câmara Municipal, sem possibilidade de recurso ao Plenário.

### Questão 23

**O art. 67 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cianorte/PR disciplina as Comissões Temporárias, estabelecendo suas espécies, forma de composição e critérios aplicáveis à designação de seus membros. O dispositivo prevê, ainda, observância ao princípio da proporcionalidade partidária e compatibilidade entre a atuação em comissão temporária e permanente. Em atenção ao que consta do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cianorte/PR, assinale a alternativa CORRETA.**

A) O princípio da proporcionalidade partidária não se aplica às Comissões Temporárias.

B) A participação de Vereador em Comissão Temporária impede sua atuação simultânea em Comissão Permanente.

C) As Comissões Temporárias são classificadas em Legislativas, de Urgência e Fiscalizatórias.

D)

As Comissões Temporárias são classificadas em Especiais, de Inquérito e de Representação.

GABARITO PRELIMINAR

E) As Comissões Temporárias serão compostas exclusivamente por membros da Mesa Diretora.

#### Questão 24

**O art. 5º, inciso XVI, da Constituição Federal disciplina o direito fundamental de reunião, estabelecendo requisitos específicos para o seu exercício em locais abertos ao público, bem como limitações expressamente previstas pelo constituinte originário. Com base no que prevê a Constituição Federal sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) O direito de reunião nos moldes constitucionalmente previstos é garantia restrita aos cidadãos brasileiros, desde que previamente cadastrados perante a autoridade policial competente.
- B) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja autorização prévia da autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

C)

Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou prévio aviso à autoridade competente.
- E) O direito de reunião em locais abertos ao público depende de autorização judicial quando houver potencial impacto à segurança pública ou à mobilidade urbana.



#### Questão 25

**O art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal assegura direitos relacionados à obtenção de informações e certidões perante os órgãos públicos, conferindo instrumentos relevantes para a atuação administrativa, fiscalizatória e contenciosa no âmbito da Administração Pública. O dispositivo estabelece hipóteses específicas de gratuidade e delimita as finalidades constitucionalmente protegidas. Considerando o que prevê a Constituição Federal sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) O direito de obtenção de certidões em repartições públicas depende do pagamento prévio de taxa fixada em lei específica do ente federativo competente, o que igualmente se estende aos entes Municipais, que devem manter afixada em local de fácil observação a tabela de taxas para requerimentos de certidões.
- B) A gratuidade presumida para a obtenção de certidões em repartições públicas é assegurada exclusivamente para fins de instrução de processo judicial já instaurado.
- C) A obtenção de certidões em repartições públicas poderá ser restringida por ato administrativo discricionário da autoridade competente, ainda que voltada à defesa de direitos.
- D) O direito de petição aos Poderes Públicos somente poderá ser exercido por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

E)

São assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como

a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

GABARITO PRELIMINAR

### Questão 26

**O art. 5º da Constituição Federal prevê os denominados remédios constitucionais, disciplinando, entre outros instrumentos, o habeas corpus, o mandado de segurança, o mandado de injunção e o habeas data. O texto constitucional estabelece hipóteses específicas de cabimento, finalidade e proteção jurídica assegurada por cada garantia fundamental. Em atenção às disposições constitucionais acerca dos denominados remédios constitucionais, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Conceder-se-á habeas corpus para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais.
- B) O habeas corpus dependerá do pagamento prévio de custas processuais e taxa judiciária, ressalvadas as hipóteses de assistência judiciária gratuita.
- C) Conceder-se-á habeas data para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou mandado de injunção.

**D)** Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for exclusivamente autoridade judicial.

### Questão 27



**A Lei Orgânica do Município de Cianorte/PR disciplina os auxiliares diretos do Prefeito Municipal, estabelecendo quem ocupa essa condição, a natureza jurídica dos cargos e aspectos relacionados à nomeação e exoneração. O texto orgânico também prevê alterações promovidas por Emenda à Lei Orgânica quanto à figura do Subprefeito. Considerando a Lei Orgânica do Município de Cianorte/PR, assinale a alternativa CORRETA.**

**A)** São auxiliares diretos do Prefeito "os Secretários Municipais" e "os Subprefeitos", sendo os respectivos cargos de livre nomeação e demissão do Prefeito.

GABARITO PRELIMINAR

- B) Os Subprefeitos possuem mandato administrativo fixo e somente poderão ser exonerados mediante autorização da Câmara Municipal.
- C) Os cargos de auxiliares diretos do Prefeito são de provimento efetivo e dependem de prévia aprovação em concurso público.
- D) A Lei Orgânica do Município de Cianorte/PR exige idade mínima de dezoito anos para investidura no cargo de Secretário Municipal ou Subprefeito.
- E) São auxiliares diretos do Prefeito exclusivamente os Secretários Municipais, sendo vedada a criação de outras funções de assessoramento direto por Emenda à Lei Orgânica.

### Questão 28

**A Lei Ordinária nº 1.267/1990, que institui o Estatuto do Servidor Público do Município de Cianorte/PR, disciplina as regras relativas à investidura em cargo público, estabelecendo requisitos,**

**prazo e forma de formalização da posse. O diploma prevê consequências específicas para a não observância do prazo legal. Atentando-se à referida legislação, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) O exercício do cargo poderá iniciar-se antes da posse, desde que haja autorização expressa da autoridade nomeante.
- B) A não ocorrência da posse no prazo legal implicará suspensão temporária do ato de provimento até ulterior convocação do candidato nomeado.

**C)**  
A posse verificar-se-á mediante assinatura de termo em que o servidor prometa cumprir fielmente os deveres do cargo. O prazo para o servidor entrar em exercício é de 3 (três) dias, contados da data da posse.

**GABARITO PRELIMINAR**

- D) A posse ocorrerá no prazo improrrogável de quinze dias contados da publicação do ato de provimento. Só haverá posse no cargo de provimento inicial de cargo por nomeação.
- E) A posse poderá ocorrer mediante procuração particular, com firma simples, independentemente de motivo justificado.

### Questão 29

**A Lei Ordinária nº 1.267/1990, que institui o Estatuto do Servidor Público do Município de Cianorte/PR, disciplina os institutos da remoção e da transferência do servidor público municipal, estabelecendo distinções quanto à forma de deslocamento funcional e à natureza do cargo ocupado pelo servidor. Considerando o que preconize o referido estatuto, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A transferência ocorrerá exclusivamente a pedido do servidor e dependerá de prévia aprovação em concurso público específico.
- B) A transferência somente poderá ocorrer entre órgãos pertencentes a Poderes distintos, vedada no âmbito do mesmo Poder.



**C)**  
A remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição, podendo ocorrer de ofício ou a pedido.

**GABARITO PRELIMINAR**

- D) A transferência e a remoção produzem, necessariamente, alteração de vencimento e mudança de carreira funcional.
- E) A remoção constitui forma de provimento derivado mediante passagem do servidor para cargo de provimento diverso daquele anteriormente ocupado.

### Questão 30

**O Município de Cianorte, visando ampliar o transporte coletivo urbano em região de recente expansão habitacional, editou ato administrativo permitindo que determinada pessoa jurídica explorasse, por sua conta e risco, linha municipal de transporte de passageiros pelo prazo de sessenta dias, em caráter precário e sem licitação, até a conclusão de procedimento licitatório destinado à delegação regular do serviço público. Considerando as disposições legais aplicáveis à hipótese, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A Administração Municipal não agiu corretamente, pois, embora a concessão de serviço público deva ser formalizada por ato unilateral e precário da Administração Pública, o caso exigia dispensa de licitação.
- B) A Administração Municipal agiu corretamente, pois a Constituição Federal autoriza a delegação precária de serviços públicos municipais independentemente de licitação.

C) A Administração Municipal agiu corretamente, pois a autorização de serviço público constitui modalidade ordinária de delegação prevista expressamente na Lei nº 8.987/1995 para exploração temporária de serviço público municipal.

**D)**

A Administração Municipal não agiu corretamente, pois a concessão e a permissão de serviços públicos dependem de prévia licitação, nos termos da Constituição Federal.

**GABARITO PRELIMINAR**

E) A Administração Municipal agiu corretamente, pois a permissão de serviço público prescinde de licitação quando houver situação emergencial devidamente justificada.

### Questão 31

O Município de Cianorte editou a Lei A, disciplinando a concessão de auxílio-transporte aos servidores públicos municipais. Posteriormente, foi editada a Lei B, que revogou expressamente a Lei A e instituiu novo regime jurídico sobre a matéria.

Algum tempo depois, diante da necessidade de reestruturação administrativa, foi editada a Lei C, que revogou integralmente a Lei B, sem prever expressamente o restabelecimento da Lei A.

Após a entrada em vigor da Lei C, determinado servidor municipal requereu administrativamente o reconhecimento da retomada automática da vigência da Lei A, sob o argumento de que a revogação da lei revogadora restabeleceria a eficácia da legislação originária.

Atentando-se ao que prevê a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro naquilo que for aplicável ao caso, assinale a alternativa CORRETA.

A) O servidor possui razão, pois a ausência de disciplina normativa sobre o auxílio-transporte impõe o restabelecimento automático da Lei A.

B) O servidor possui razão parcial, pois a Lei A volta a vigorar apenas quanto às disposições compatíveis com a Lei C, já que a repristinação é regra geral no Direito brasileiro.

**C)**

O servidor não possui razão, pois a lei revogada não se restaura pelo fato de a lei revogadora perder a vigência, salvo disposição expressa em contrário.

**GABARITO PRELIMINAR**

D) O servidor possui razão, pois a Administração Municipal deve reconhecer o restabelecimento automático da Lei A, uma vez que a revogação da Lei B implica repristinação tácita.

E) O servidor não possui razão, pois a LINDB estabelece que a revogação integral da Lei C restabelece automaticamente a vigência da Lei B, e não da Lei A.

### Questão 32

O Município de Cianorte ajuizou ação possessória em face de particular José, visando à reintegração de posse de imóvel público municipal situado no Município Flores do Campo, pertencente à Comarca Flores Verdes. A ação foi proposta perante juízo da Comarca de Cianorte, local onde sediada a Procuradoria Municipal responsável pela demanda.

Em contestação, o réu alegou incompetência do juízo da Comarca de Cianorte, sustentando que a ação deveria ter sido ajuizada no foro de situação da coisa, ou seja, na Comarca de Flores Verdes.

Considerando o que prevê o Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O réu possui razão, pois as ações possessórias submetem-se à regra geral do foro do domicílio do réu, independentemente de a Fazenda Pública figurar no polo ativo.
- B) O Município de Cianorte agiu corretamente, pois a competência territorial nas ações possessórias possui natureza relativa e pode ser livremente modificada pela conveniência da Administração Pública.
- C) O réu possui razão, mas a preliminar será acolhida apenas se demonstrar prejuízo concreto decorrente da escolha do foro pelo Município de Cianorte.

**D)** O réu possui razão, pois, nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro de situação da coisa.

**GABARITO PRELIMINAR**

- E) O Município de Cianorte agiu corretamente, pois a Fazenda Pública pode ajuizar ações possessórias no foro de sua sede administrativa, independentemente da localização do imóvel litigioso.

### Questão 33

**Determinado servidor público municipal, responsável pela guarda de equipamentos eletrônicos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, retirou um computador portátil das dependências da repartição e passou a mantê-lo em sua residência, utilizando-o exclusivamente em atividades particulares durante vários meses, sem autorização administrativa e sem intenção de devolvê-lo ao patrimônio público.**



**Instaurado procedimento criminal, a defesa sustentou que a conduta não configuraria crime contra a Administração Pública, pois não houve alienação do bem nem obtenção de lucro econômico direto pelo agente.**

**Considerando o que prevê o Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) O servidor público praticou o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, pois utilizou patrimônio público em finalidade diversa da prevista em lei.

**B)** O servidor público praticou o crime de peculato, pois apropriou-se de bem móvel público de que tinha a posse em razão do cargo.

**GABARITO PRELIMINAR**

- C) O servidor público agiu atipicamente, pois o crime de peculato exige alienação do bem público e obtenção de lucro econômico direto.
- D) O servidor público praticou o crime de excesso de exação, pois utilizou indevidamente bem pertencente à Administração Pública.
- E) O servidor público praticou exclusivamente infração administrativa, pois a ausência de comercialização do bem afasta a tipicidade penal.

### Questão 34

**O Município de Cianorte iniciou o processo de elaboração de novo Plano Diretor municipal. Durante a tramitação administrativa, o Poder Executivo municipal deixou de promover audiências públicas e não assegurou publicidade aos documentos técnicos produzidos no procedimento.**

**Ao analisar a legalidade da condução do processo administrativo, a Procuradoria Municipal examinou as diretrizes e exigências previstas expressamente na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) acerca da gestão democrática da cidade e da elaboração do Plano Diretor.**

**Atentando-se ao que prevê o Estatuto da Cidade sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A Administração Municipal agiu corretamente, pois a realização de audiências públicas durante a elaboração do Plano Diretor constitui faculdade administrativa.
- B) A Administração Municipal agiu corretamente, pois a publicidade dos documentos produzidos no processo de elaboração do Plano Diretor depende de requerimento administrativo do interessado.
- C) A Administração Municipal agiu corretamente, pois o Estatuto da Cidade não prevê mecanismos obrigatórios de participação popular na elaboração do Plano Diretor.
- D) A Administração Municipal não agiu corretamente, pois, embora pudesse dispensar a realização de audiências públicas, deixou de submeter previamente o texto do Plano Diretor ao Ministério das Cidades.

- E)** A Administração Municipal não agiu corretamente, pois o Estatuto da Cidade exige a promoção de audiências públicas e a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos.

**GABARITO PRELIMINAR**

### **Questão 35**

**O Município de Cianorte apurou, ao final de determinado quadrimestre, que a despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal excedeu 95% do limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.**



**Apesar disso, o Prefeito Municipal encaminhou projeto de lei prevendo criação de cargos públicos efetivos, concessão de aumento remuneratório a servidores e alteração de estrutura de carreira com impacto financeiro imediato.**

**Ao analisar a legalidade das medidas propostas, a Procuradoria do Município examinou as vedações expressamente previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal para os casos em que a despesa total com pessoal exceda o percentual legalmente estabelecido.**

**Em atenção às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa CORRETA quanto ao que deveria ser a conclusão do parecer da Procuradoria.**

- A) A Administração Municipal agiu incorretamente apenas quanto ao aumento remuneratório, pois a alteração de estrutura de carreira depende exclusivamente de autorização legislativa específica.
- B) A Administração Municipal agiu corretamente, pois as vedações do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000 não se aplicam aos Municípios.
- C) A Administração Municipal agiu corretamente, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal veda apenas criação de cargos em comissão e funções de confiança.

- D)** A Administração Municipal agiu incorretamente, pois, quando a despesa total com pessoal exceder 95% do limite, são vedados, entre outros atos, a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, a criação de cargo, emprego ou função e a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

**GABARITO PRELIMINAR**

- E)** A Administração Municipal agiu corretamente, pois as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal somente incidem após ultrapassagem do limite máximo de despesa total com pessoal previsto no art.

### Questão 36

O Município de Cianorte instituiu obrigação consistente na emissão eletrônica de notas fiscais e na apresentação periódica de declarações fiscais pelos prestadores de serviços estabelecidos em seu território.

Determinada sociedade empresária deixou de cumprir tais exigências previstas na legislação tributária municipal, embora tenha efetuado regularmente o recolhimento integral do ISS devido no período correspondente. Em razão da inobservância dessas exigências, a Administração Tributária aplicou penalidade pecuniária à contribuinte.

Ao analisar a legalidade da autuação, a Procuradoria do Município examinou as disposições do Código Tributário Nacional acerca da obrigação tributária principal e da obrigação tributária acessória.

Considerando o que prevê o Código Tributário Nacional acerca do tema, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A sociedade empresária agiu corretamente, pois o pagamento integral do tributo afasta o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, dada a ausência de prejuízo ao fisco.
- B) A Administração Municipal agiu incorretamente, pois obrigação acessória não pode ter por objeto prestações positivas ou negativas relacionadas à fiscalização tributária.
- C) A Administração Municipal agiu incorretamente, pois o descumprimento da obrigação acessória não produz consequências jurídicas autônomas quando houver pagamento integral do tributo, em atenção ao princípio do melhor interesse da administração.
- D) A sociedade empresária agiu corretamente, pois obrigação acessória somente pode ser exigida mediante prévia constituição do crédito tributário principal.



- E) A Administração Municipal agiu corretamente, pois a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

**GABARITO PRELIMINAR**

### Questão 37

O Município de Cianorte ajuizou ação de obrigação de fazer em face da Luz & Cia, sociedade empresária contratada para manutenção da iluminação pública municipal, alegando a paralisação injustificada dos serviços em diversos bairros da cidade.

Com a petição inicial, juntou relatórios técnicos elaborados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, registros fotográficos e notificações administrativas encaminhadas à empresa ré, sustentando que a continuidade da paralisação comprometeria a segurança da população e a adequada prestação do serviço público.

Diante desse cenário, requereu a concessão de tutela de urgência para determinar o imediato restabelecimento dos serviços contratados.

Considerando o que prevê o Código de Processo Civil sobre a concessão de tutelas provisórias, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Administração Municipal poderá obter tutela de urgência desde que demonstre elementos que evidenciem a probabilidade do direito, sendo dispensável a demonstração de perigo de dano quando a demanda envolver serviço público.

**B)**

A Administração Municipal poderá obter tutela de urgência quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano, ainda que inexistente risco ao resultado útil do processo.

**GABARITO PRELIMINAR**

- C) Em se tratando de contrato público, a Administração Municipal somente poderá obter tutela de urgência após o exercício do contraditório pela empresa, e mediante demonstração cumulativa de perigo de dano e risco ao resultado útil do processo.
- D) A Administração Municipal não poderá obter tutela de urgência fundada em obrigação de fazer antes da formação do contraditório processual, salvo se comprovar que acionou previamente a empresa em processo administrativo.
- E) A Administração Municipal somente poderá obter tutela de urgência após instrução probatória completa quanto aos fatos constitutivos do direito alegado.

### Questão 38

**Determinada sociedade empresária ajuizou ação de cobrança perante o Juizado Especial Cível Estadual em face do Município de Cianorte, visando ao recebimento de valores decorrentes de contrato administrativo de fornecimento de materiais celebrado com a Administração Pública municipal.**

**Por tratar-se de débito equivalente a cinco salários mínimos, a ação foi proposta junto ao Juizado Especial Cível da Comarca de Cianorte, sem a representação por advogado.**

**Ao analisar a petição inicial, o magistrado examinou as disposições da Lei nº 9.099/1995 acerca da competência dos Juizados Especiais Cíveis.**

**Considerando o que prevê a Lei nº 9.099/1995, assinale a alternativa CORRETA.**



- A) A sociedade empresária agiu corretamente, pois a Lei nº 9.099/1995 admite expressamente o ajuizamento de ações em face dos Municípios quando não ultrapassado o limite de quarenta salários mínimos.
- B) A sociedade empresária agiu incorretamente porque demandas fundadas em contrato administrativo exigem obrigatoriamente produção de prova pericial complexa, o que desloca a competência para a Vara Cível respectiva.
- C) A sociedade empresária agiu corretamente, pois os Juizados Especiais Cíveis possuem competência para processar causas cíveis de menor complexidade propostas contra Municípios.

**D)**

A sociedade empresária agiu incorretamente, pois não poderão ser partes, no processo instituído pela Lei nº 9.099/1995, as pessoas jurídicas de direito público.

**GABARITO PRELIMINAR**

- E) A sociedade empresária agiu incorretamente, pois embora competência dos Juizados Especiais Cíveis seja definida exclusivamente pelo valor da causa, o jus postulandi não se aplica às ações propostas contra a Administração Pública.

### Questão 39

**O Município de Cianorte editou decreto declarando de utilidade pública determinado imóvel urbano particular para construção de nova unidade básica de saúde.**

**Na sequência, promoveu a incorporação definitiva do imóvel ao patrimônio público municipal e iniciou a execução das obras, sem realizar previamente o pagamento de indenização ao proprietário, informando que eventual compensação financeira seria apurada e quitada apenas ao término do empreendimento público.**

**Inconformado, o proprietário questionou a constitucionalidade da medida adotada pelo Município.**

**Considerando o que preconiza a Constituição Federal e as demais disposições legais aplicáveis ao tema, assinale a alternativa CORRETA.**

**A)**  
A Administração Municipal agiu incorretamente, pois a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, exige justa e prévia indenização em dinheiro.  
**GABARITO PRELIMINAR**

- B)** A Administração Municipal agiu corretamente, pois a indenização poderá ser paga posteriormente quando a desapropriação envolver implementação de política pública essencial.
- C)** A Administração Municipal agiu corretamente, pois imóveis urbanos destinados à execução de políticas públicas municipais submetem-se à desapropriação independentemente de indenização prévia.
- D)** A Administração Municipal agiu incorretamente apenas porque a construção de unidade básica de saúde depende de autorização legislativa específica para decretação da utilidade pública.
- E)** A Administração Municipal agiu corretamente, pois a desapropriação por utilidade pública autoriza incorporação definitiva do imóvel ao patrimônio público antes do pagamento da indenização.

#### **Questão 40**

**O Município de Cianorte tomou conhecimento de supostas irregularidades praticadas por servidor público municipal e por empresa contratada pela Administração, consistentes em direcionamento indevido de procedimento licitatório e enriquecimento ilícito de agentes envolvidos.**

**Diante dos fatos, determinada associação civil local ajuizou ação de improbidade administrativa em nome próprio, requerendo aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, com alteração legislativa promovida pela Lei nº 14.230/2021).**



**Ao analisar a petição inicial, o magistrado examinou as disposições expressas da Lei de Improbidade Administrativa acerca da legitimidade para propositura da ação.**

**Considerando o que preconiza o texto da Lei de Improbidade Administrativa sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.**

- A)** A associação civil agiu corretamente, pois a Lei de Improbidade Administrativa admite ação subsidiária privada para apuração de atos de improbidade administrativa.
- B)** A associação civil agiu corretamente, pois qualquer pessoa jurídica regularmente constituída poderá propor ação de improbidade administrativa na defesa do patrimônio público.
- C)** A associação civil agiu incorretamente apenas porque a ação deveria ter sido ajuizada perante o órgão jurisdicional competente para processamento de ações coletivas.

**D)**  
A associação civil agiu incorretamente, pois a ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa será proposta pelo Ministério Público.  
**GABARITO PRELIMINAR**

- E)** A associação civil agiu corretamente, pois a Lei de Improbidade Administrativa admite legitimidade concorrente e subsidiária de entidades da sociedade civil para ajuizamento da ação.